

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. OBJETO**

- 1.1. Contratação de empresa especializada na execução de fachada frontal do Hospital Maternidade Santa Teresinha:
- 1.2. Descrição do item: Serviço de execução de fachada frontal do Hospital Maternidade Santa Teresinha com fornecimento de material, 9,5 metros (comprimento) x 1,1 metro (altura), com composição em ACM de 3mm de espessura azul marinho, fosco, e ACM de 3 mm de espessura, branco, de acordo com arte, com estrutura para instalação em metalon galvanizado em espessura compatível, com letreiro em alto relevo e sobreposição no revestimento + coluna de sustentação.

### **2. JUSTIFICATIVA**

- 2.1. A contratação/aquisição visa atender a demanda do Hospital Maternidade Santa Teresinha, garantindo devida sinalização da unidade de saúde.

### **3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

- 3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133 de 2021.

### **4. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO**

- 4.1. O objeto do presente termo de referência será recebido em remessa integral pela Prefeitura de São José do Vale do Rio Preto, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o envio do empenho.
- 4.2. O serviço deverá ser executado no Hospital Maternidade Santa Teresinha, localizado na R. Profa. Maria Emilia Esteves, 617 - Centro, São José do Vale do Rio Preto - RJ, CEP 25780-000.
- 4.3. O não cumprimento do disposto no item 4.1 do presente termo acarretará a aplicação das penalidades previstas e a convocação do fornecedor subsequente considerando a ordem de classificação.
- 4.4. A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o termo de referência e seus anexos.

### **6. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

- 6.1. Os bens serão recebidos:
  - a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta.
  - b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.
- 6.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

### **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. A Contratada obriga-se a:

- 7.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- 7.1.2. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 7.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
  - 7.1.3.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, o produto com avarias ou defeitos;
- 7.1.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência.
- 7.1.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 7.1.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 7.1.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 7.1.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

## 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A Contratante obriga-se a:

- 8.1.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
- 8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 8.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 8.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

## **9. MEDIDAS ACAUTELADORAS**

9.1. Consoante a lei 14.133/2021, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## **10. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

10.1. Caso haja contratação parcelada, a fiscalização da contratação será exercida por um representante da Secretaria Municipal de Saúde, que será indicado no momento da execução do contrato, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

102. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

103. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **11. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. As sanções administrativas serão impostas fundamentadamente nos termos da Lei 14.133/2021, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito à ampla defesa sem prejuízo das demais cominações legais previstas, o licitante que:

- 11.1.1. Se recusar a assinar o termo do contrato ou receber a nota de empenho;
- 11.1.2. Inexecução total ou parcial da nota de empenho ou contrato;
- 11.1.3. Deixar de entregar documentação exigida;
- 11.1.4. Apresentar documentação falsa;
- 11.1.5. Ensejar o retardamento da execução do seu objeto;
- 11.1.6. Não manter a proposta dentro do prazo de validade;
- 11.1.7. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 11.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;
- 11.1.9. Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

11.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto enquanto durarem os fatos de impedimento, por prazo não superior a 2 (dois) anos, nos casos citados no item 11.1, conforme detalhado nos itens 11.1.1 ao 11.1.9.

11.3. A pena de advertência poderá ser aplicada nos casos previstos no item 11.1, sempre que a administração entender que a(s) justificativa(s) de defesa atenua a responsabilidade da CONTRATADA e desde que não tenha havido prejuízo ao erário público.

11.4. Pelo atraso injustificado, inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à CONTRATADA as multas fixadas a seguir, sem prejuízo de outras sanções previstas no contrato, e demais legislações aplicáveis à espécie:

11.4.1. Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato, por dia de atraso

do início de sua execução, até o limite máximo de 2% (dois por cento). Acima do limite aqui estabelecido, caracterizará inexecução total da obrigação assumida;

- 11.4.2. Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de sua inexecução total ou parcial, ou ainda, pela recusa injustificada em assinar o contrato;
- 11.4.3. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação pactuada;
- 11.5. As sanções previstas nos itens 11.1 e 11.2 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa.
- 11.6. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas nos itens 11.2 e 11.3.
- 11.7. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o CONTRATADO pela sua diferença, que será descontada/compensada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração. Efetuados esses descontos/compensações, caso ainda haja saldo devedor, ou inexistentes a garantia e/ou pagamentos devidos pela CONTRATANTE, o valor da multa aplicada deverá ser recolhido de acordo com os prazos legais.
- 11.8. Na hipótese de não pagamento ou recolhimento referido no subitem imediatamente acima, os valores serão objeto de inscrição em dívida ativa e sua consequente cobrança pelos meios legais.
- 11.9. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 115 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**São José do Vale do Rio Preto, 13 de Dezembro de 2023**

**Elan Venas Morelli**  
**Secretário Municipal de Saúde**

Ilustríssima Senhora  
**Edmara Ferreira de Freitas**  
MD. Chefe da Divisão de Compras

**De: Setor Abastecimento**

Enviado por: CRISTIANO HENRIQUE TEIXEIRA DA SILVA JÚNIOR (cristiano.junior)

**Para: Divisão de Compras****Data: 08 de janeiro de 2024 às 16:57**

Tramitado

SEGUI O SOLICITADO:

DESCRIÇÃO DA FACHADA: HOSPITAL

SERÁ COMPOSTA POR ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA, COM REVESTIMENTO EM ALUMÍNIO COMPOSTO COM ESPESSURA DE 3MM AZUL MARINHO FOSCO E BRANCO FOSCO COM PROFUNDIDADE DE 300MM DE CAIXA, REVESTIDA FRENTE E VERSO, COM REVESTIMENTO DA COLUNA LATERAL TAMBÉM EM ALUMÍNIO COMPOSTO ACM, COMPOSTA COM LETRAS EM VOLUMETRIA EM CHAPA GALVANIZADA COM PREPARAÇÃO FUNDO WASH PRIME E PINTURA AUTOMOTIVA COM APLICAÇÃO DE VERNIZ PU NA COR BRANCA, COM FACE EM ACRÍLICO 3MM COM ILUMINAÇÃO BACK LIGHT COM PROFUNDIDADE DE 50MM COM PARTE ELÉTRICA E FONTE INCLUSA E ESCRITO NA COLUNA TAMBÉM COM ILUMINAÇÃO BACKLIGHT COM INSTALAÇÃO INCLUSA, CONFORME PROJETO DE REFERENCIA EM ANEXO.

SEGUI AINDA FOTO DO LOCAL E PROJETO.

RETORNE A DIVISÃO DE COMPRAS;

---



**Cristiano Henrique Teixeira da Silva jr**  
Assessor de Planejamento da Saúde  
Matrícula 6060

**Secretaria de Saúde**  
Setor de abastecimento

(24) 2224 - 7195

comprassjvrp@gmail.com

 Rua Professora Maria Emília  
Esteves 617, Centro S.J.V.R.P.

Prefeitura de São José do Vale do Rio Preto


**Anexo(s)**

Placas HMST rev.02.pdf

**Arquivo(s) não unificado(s)**

FACHADA HOSPITAL.jpg



 <b>SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO</b>		Secretaria de Planejamento e Gestão	
Desenho: Placa de Identificação			
Endereço: Rua Prof. Maria Emília Esteves, Centro, São José do Vale do Rio Preto			
Data: Janeiro de 2024	Escala: 1/30	Unidade: Metros (m)	Prancha: Única

